



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , **DE 2024.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, quanto a notícia que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL impôs sigilo a documentos relacionados ao pedido de apuração realizado pela pasta, sobre o apagão ocorrido no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Minas e Energia, informações quanto a notícia que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL impôs sigilo a documentos relacionados ao pedido de apuração realizado pela pasta, sobre o apagão ocorrido no Estado de São Paulo.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Por que a ANEEL decidiu impor sigilo a documentos relacionados a uma apuração que envolve a interrupção de energia de milhões de cidadãos? Não seria essa uma situação de interesse público que exige total transparência para que a população compreenda as causas do apagão e as responsabilidades envolvidas?
- 2- Quais são as justificativas legais ou técnicas para a ANEEL ter optado por manter sigilosos documentos





essenciais para o esclarecimento das circunstâncias que causaram o apagão?

- 3- O sigilo está sendo imposto para proteger a integridade da investigação ou há outro tipo de interesse em ocultar informações cruciais para a população?
- 4- O sigilo imposto pela ANEEL pode ser visto como uma tentativa de obstrução à transparência em um momento em que a população tem o direito de saber o que ocorreu com o sistema elétrico?
- 5- Como garantir que a sociedade confie na imparcialidade da apuração, se documentos relacionados à investigação estão sendo mantidos em sigilo?
- 6- Que medidas a ANEEL está tomando para assegurar que o processo de apuração seja conduzido com total integridade e imparcialidade, considerando a relevância do caso e os impactos diretos para a vida de milhões de pessoas?
- 7- O sigilo não compromete a credibilidade da agência e pode gerar desconfiança em relação às suas ações, especialmente quando milhões de brasileiros são afetados diretamente por falhas no sistema de energia elétrica?
- 8- A pasta considera que a falta de transparência nesse caso pode prejudicar a confiança da população no setor de energia elétrica e nas instituições responsáveis pela sua regulação?





- 9- Como a ANEEL pretende restaurar a confiança da sociedade, caso as investigações sobre o apagão continuem sendo conduzidas de forma opaca?
- 10-Em um contexto de crise de energia elétrica e tarifas elevadas, a manutenção do sigilo sobre a apuração do apagão não reforça a sensação de que as autoridades estão protegendo interesses corporativos ou evitando a responsabilização por falhas sistêmicas?
- 11-Considerando que o apagão afetou milhões de cidadãos, a ANEEL está tomando providências para garantir que esse tipo de evento não se repita no futuro?
- 12-Quais são os planos concretos da ANEEL para melhorar a fiscalização e garantir a estabilidade do fornecimento de energia elétrica em todo o país?
- 13-O sigilo imposto pela ANEEL compromete a obrigação do governo de garantir a transparência nas investigações sobre falhas no setor público, especialmente quando o impacto é tão grande e afeta diretamente a população mais vulnerável?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro de Minas e Energia entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

A recente decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de impor sigilo a documentos relacionados ao pedido de apuração feito pelo Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre o apagão ocorrido no Estado de São Paulo, gera sérias preocupações em relação à





transparência das ações de órgãos reguladores e ao compromisso com o interesse público no Brasil.

De acordo com notícia publicada¹, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) impôs sigilo aos documentos relacionados ao pedido do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para que a agência apurasse irregularidades da concessionária Enel, que deixou 2,1 milhões sem luz na capital paulista no mês passado. A Controladoria-Geral da União (CGU) suspeita da demora da Aneel para evitar o mega apagão. Por meio da Lei de Acesso à Informação, a coluna questionou a Aneel quais providências foram tomadas a partir do ofício enviado pelo ministro de Minas e Energia em 1º de abril. Também pediu acesso aos documentos produzidos sobre o caso na agência, como notas técnicas e pareceres.

A Aneel recusou enviar as informações, alegando que todos os documentos estão em “fase preparatória” e que só poderiam ser divulgados a um representante da Enel, distribuidora italiana. Segundo a Lei de Acesso, contudo, eventuais trechos de documentos com informações sensíveis podem ser tarjados, e o sigilo deve ser a exceção no poder público. No mês passado, a assessoria de imprensa da Aneel não havia respondido sobre as providências tomadas a partir do documento assinado por Alexandre Silveira. Nesse ofício, o ministro pediu uma apuração para averiguar “falhas e transgressões” do órgão regulador. “Os apagões na área de concessão da Enel SP têm levado a uma insatisfação generalizada dos consumidores de energia elétrica, tanto pela frequência como pela duração”, escreveu Silveira.

Ainda, a reportagem expõe que Pelo menos 3,1 milhões de imóveis ficaram sem luz em São Paulo, a maior cidade da América Latina, em outubro. Um levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio) apontou que o apagão gerou prejuízos de R\$ 1,65 bilhão no varejo e no setor de serviços. Na quarta-feira (6/11), o Procon paulista multou a Enel em R\$ 13,3 milhões, a terceira sanção no último ano por má prestação de serviço.

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/apagao-aneel-impoe-sigilo-a-documentos-sobre-pedido-de-ministro>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 11/11/2024 15:55:04,913 - Mesa

RIC n.4127/2024

Salienta-se, que o sigilo imposto à documentação que diz respeito à investigação de um apagão no setor de energia elétrica em um dos maiores estados do país levanta suspeitas sobre o real alcance dessa apuração e sobre os motivos que justificam a decisão de restringir o acesso às informações. Quando uma autoridade pública opta por esconder dados essenciais de uma investigação, a transparência e a confiança da sociedade nas instituições reguladoras são gravemente comprometidas.

É um fato que a energia elétrica é um dos recursos mais essenciais para a vida cotidiana dos cidadãos, e qualquer irregularidade ou falha no sistema relacionado ao setor, pode afetar diretamente a população. Nesse contexto, a imposição de sigilo a documentos que podem esclarecer possíveis falhas ou mesmo práticas questionáveis levanta dúvidas sobre o real objetivo da investigação. Por que informações que poderiam esclarecer a situação estão sendo mantidas longe do escrutínio público?

Além disso, a decisão da ANEEL também gera um precedente perigoso para a administração pública como um todo. Quando decisões relacionadas a questões cruciais, como a gestão do setor energético, são tomadas sem um processo transparente, há o risco de alimentar a desconfiança das instituições públicas e de fortalecer a sensação de opacidade que permeia a administração pública no Brasil.

Pelo exposto, é urgente que a ANEEL revele as razões que justificam a imposição de sigilo e reforce seu compromisso com a transparência e com a prestação de contas. A sociedade brasileira merece ser informada sobre os desdobramentos dessa apuração e sobre as medidas adotadas para garantir que o setor de energia elétrica seja gerido de maneira justa, eficiente e em conformidade com as normas.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO

